



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 13ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810306

Processo nº **0116684-44.2018.8.17.2001**

AUTOR: EDSON DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S/A

## DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, trazendo comprovante de prévio pedido à seguradora ré, sob pena de indeferimento da peça vestibular (art. 321, parágrafo único, do NCPC), por configurar falta de interesse de agir do autor, haja vista a possibilidade de obter o pagamento do seguro administrativamente.

P. I.

Recife, 11 de dezembro de 2018.

**Ruy Trezena Patu Júnior**

*Juiz de Direito*





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0116684-44.2018.8.17.2001  
AUTOR: EDSON DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S/A

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 13ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 39008065, conforme segue transcrito abaixo:

*"DESPACHO Vistos etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, trazendo comprovante de prévio pedido à seguradora ré, sob pena de indeferimento da peça vestibular (art. 321, parágrafo único, do NCPC), por configurar falta de interesse de agir do autor, haja vista a possibilidade de obter o pagamento do seguro administrativamente. P. I. Recife, 11 de dezembro de 2018. Ruy Trezena Patu Júnior Juiz de Direito "*

RECIFE, 12 de dezembro de 2018.

**MOYSA MARIA DE SOUZA LEO SALES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMENDA À PETIÇÃO INICIAL (ANEXO)



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE – PE.

PROCESSO: 0116684-44.2018.8.17.2001  
SEÇÃO B

**EDSON DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de seu advogado que a esta assina e já constituído nos autos, e, em atenção à determinação ao despacho exarado desde Douto Juízo, conforme Id. 39008065, apresentar emenda à petição inicial, nos termos do artigo 312 do NCPC, da presente ação, que o Requerente move em face de **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A**, pessoa jurídica de direito provado, inscrita no CNPJ n. 60.831.344/0001-74, situada à Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 345, Pina, Recife-PE, CEP: 51011-050 e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor.

No tocante ao requerimento administrativo, o Autor informa que não recorreu a via administrativa, uma vez que de acordo com a legislação e com o entendimento jurisprudencial, para o recebimento da indenização do seguro DPVAT, não é condição da ação recorrer obrigatoriamente à via administrativa, senão vejamos:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA.** O direito subjetivo de ação da parte autora não está condicionado a qualquer óbice de cunho administrativo para o seu exercício, bastando apenas, para ingressar em Juízo e receber a tutela jurisdicional, que estejam preenchidas as condições da ação. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento Nº 70044024628, Sexta

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 20/07/2011)

(TJ-RS - AI: 70044024628 RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Data de Julgamento: 20/07/2011, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/07/2011)

**AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/2007 - DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES - INDENIZAÇÃO DE ATÉ R\$ 2.700,00 - ÔNUS SUCUMBENCIAIS - PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MANUTENÇÃO DO QUANTUM FIXADO PELO MAGISTRADO A QUO - RECURSO DESPROVIDO. Desnecessária a comprovação**

**da prévia recusa administrativa, a fim de que o autor se valha do judiciário para receber a indenização securitária decorrente do seguro DPVAT.** A indenização por despesas de assistência médica e suplementares, relativa ao seguro DPVAT, é de até R\$ 2.700,00, para os acidentes ocorridos após a entrada em vigor da Lei nº 11.482, em 31.05.2007, que alterou a redação das alíneas a, b e c, do art. 3º, da Lei 6.194/74. O Superior Tribunal de Justiça já deixou claro que, em relação aos ônus sucumbenciais, aplica-se o princípio da sucumbência ou da causalidade, cumprindo impor à parte que deu causa ao ajuizamento da ação o dever de arcar com tais ônus. Em atenção ao disposto no art. 20, § 3º, do CPC, os honorários deverão ser fixados entre o percentual mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Recurso desprovido.

(TJ-MG - AC: 10338110117706001 MG, Relator: Eduardo Mariné da Cunha, Data de Julgamento: 06/06/2013, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/06/2013)

Ainda de acordo com entendimento de decisão terminativa deste Tribunal, já temos julgados com o entendimento da desnecessidade de pedido administrativo, senão vejamos decisão (ver anexo).

Assim, dentro do prazo estabelecido pelo artigo 321 do NCPC, espera estar sanada a determinação deste Douto Juízo, e assim estarem preenchidos os requisitos legais.

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 – Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



Desta forma, o Requerido respeitosamente requer de Vossa  
Excelência:

- que seja considerada a presente Emenda, e a ação prospere em seu devido curso legal, mantendo-se todos os pedidos e requerimentos da petição inicial; e

- que sejam as Demandadas citadas para, querendo, ofertarem defesa nos moldes do art. 335 e ss. do NCPC/2015, no prazo de 15 dias (art. 335, III, c/c 219, do NCPC), sob pena de revelia e confissão.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Recife, 12 de dezembro de 2018.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI**  
**OAB-PE 31915**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 – Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



Quinta Câmara Cível

Apelação Cível nº 0009432-16.2017.8.17.2001 – Recife (30ª Vara Cível) - Seção A

Apelantes: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Apelado: Inaldo Ernesto da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## DECISÃO TERMINATIVA

---

Sentença apelada no ID nº 3442790

Trata-se de recurso de apelação interposto pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e por Tokio Marine Brasil Seguradora S/A** contra sentença prolatada nos autos da *Ação de Cobrança de Complementação do Seguro Obrigatório DPVAT*, proposta pelo apelado contra as apelantes, que (a sentença) julgou parcialmente procedente o pedido autoral para condenar a seguradora ré ao pagamento de indenização securitária DPVAT no valor de R\$ 9.450,00, atualizado pela tabela do Encoge desde a data do acidente, acrescido de juros de mora a contar da citação, além de condenar a ré ao pagamento das custas e da verba honorária no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Alegaram as recorrentes que não foi observada a correta quantificação do valor indenizatório a que faz jus receber o autor, considerando a lesão sofrida em decorrência do acidente automobilístico de que ele foi vítima em 13/11/16.

Além disso, afirmaram que o autor não possui interesse processual posto que não pediu a indenização do DPVAT na via administrativa.

Pugnou pelo provimento do recurso para, reformando a sentença recorrida, julgar improcedente a pretensão indenizatória autoral.

Contrarrazões (ID nº 3442801) pugnando pela manutenção da sentença.

É o relatório. **Decido.**

A questão controvertida dos presentes autos reside em saber se o autor/apelado tem direito a receber indenização securitária (DPVAT), face à gravidade dos danos por ele sofridos decorrentes de acidente automobilístico ocorrido em novembro de 2016 e, em caso afirmativo, qual o valor.



No caso dos autos, conforme restou evidenciado por meio da perícia médica (ID nº 3442789), bem como pelas demais documentações acostadas aos autos, o autor/segurado sofreu duas lesões: dano parcial incompleto em seu membro inferior no percentual de 75% e no seu membro superior esquerdo no percentual de 25%.

Com efeito, nos termos do disposto no anexo incluído pela Lei nº 11.945/2009 ao art. 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 6.194/74, na hipótese de perda completa da mobilidade de um dos membros inferiores e superiores (caso dos autos), deve a seguradora pagar ao acidentado a quantia de R\$ 9.450,00 (70% de R\$ 13.500,00) -, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização a depender da repercussão das perdas (anatômicas/funcionais), ou seja, do grau (percentual) da extensão da lesão que poderá ser: **a) intensa: indenização de R\$ 7.087,50 (equivalente a 75% de R\$ 9.450,00)**; **b) média: indenização de R\$ 4.725,00 (equivalente à 50% de R\$ 9.450,00)**, **c) leve: indenização de R\$ 2.362,50 (25% de R\$ 9.450,00)** e **d) residual: indenização de R\$ 945,00 (10% de R\$ 9.450,00)**.

Com relação à lesão no membro inferior esquerdo (75%), o autor/recorrido se enquadra no item "a", fazendo, jus, portanto, ao recebimento de indenização no valor total de R\$ 7.087,50.

Já no tocante ao dano sofrido no membro superior esquerdo (25%), tem o autor direito a receber R\$ 2.362,50.

Portanto, somando-se os valores das duas lesões, deve o autor ser indenizado na quantia total de 9.450,00 como acertadamente decidiu o juiz.

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça decidiu, sob a disciplina do artigo 543-C, o Recurso Especial representativo da controvérsia nº 1.303.038/RS, através do qual ficou definido que mesmo para os acidentes ocorridos antes do dia 16/12/2008 (data que entrou em vigor a MP nº 451/08) deve ser utilizada a tabela de proporcionalidade – constante da lei nº 6.194/74 - para se estabelecer a indenização a título de seguro obrigatório DPVAT. Vejamos:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL. SEGURO DPVAT. SINISTRO ANTERIOR A 16/12/2008. VALIDADE DA TABELA DO CNSP/SUSEP.

**1. Para fins do art. 543-C do CPC: "Validade da utilização de tabela do CNSP para se estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08". 2. Aplicação da tese ao caso concreto. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO". (REsp 1303038/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014) (destaquei)**

-

Assim, com base no julgado acima, restou assentado na jurisprudência pátria que a indenização do seguro DPVAT para os casos de invalidez (hipótese dos autos), independentemente da época do sinistro, deverá ser paga sempre de forma proporcional ao grau de invalidez com base na tabela de proporcionalidade.

Incide, *in casu*, o disposto na Súmula 474 do STJ, que dispõe:





“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”. (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012)

Importante ressaltar que é desnecessária a formulação de pedido administrativo para o ingresso na via judicial, não havendo que se falar, portanto, em carência de ação. Assim entende a jurisprudência:

**“APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. REQUERIMENTO VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. - A instauração de processo administrativo, na presente hipótese, não constitui requisito essencial à propositura da ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT). Portanto, não há falar em carência de ação. (TJMG - AC: 10024113269054001 MG, Relator: Rogério Medeiros, Data de Julgamento: 10/10/2013, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2013) (grifei)**

De ofício, com fundamento no § 11 do artigo 85 do CPC, majoro a verba honorária sucumbencial de 10% para 12% sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, considerando que a decisão recorrida está em conformidade com o entendimento sumulado do STJ, **nego provimento ao recurso**, o que faço com fundamento no art. 932, IV, “a” do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno do TJPE.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, remetendo-os ao juízo de origem para os devidos fins.

Publique-se.

Recife, 11 de Janeiro de 2018.

**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Relator**



Assinado eletronicamente por: **JOVALDO NUNES GOMES**  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: **29029122**



1801121439010000000028661909





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 13ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810306

Processo nº **0116684-44.2018.8.17.2001**

AUTOR: EDSON DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S/A

**SENTENÇA**

Vistos etc.

**EDSON DA SILVA**, satisfatoriamente qualificado na prefacial, através de advogado, ajuizou *AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT* em face de **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, aduzindo, em suma, que foi vítima de acidente de trânsito, em 19/11/2018, sofrendo lesões graves que resultaram em debilidade permanente, razão pela qual faz jus ao pagamento da indenização securitária no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil reais).

Pugna pela procedência do pedido para o fim de condenar a ré ao pagamento da importância acima indicada.

Requer os benefícios da justiça gratuita.

Juntou os documentos.

Analisando os documentos acostados, foi determinada a intimação da parte autora para acostar comprovante de pedido administrativo de pagamento da indenização formulado perante a seguradora ré.

Intimada, o autor afirma que não formulou pedido administrativo por não se verificar na lei a exigência de pré exame administrativo para o procedimento de cobrança de seguro (Id. 39099411).

É o relatório.

JULGO.



Em sede de ação de cobrança de indenização securitária, a ***comprovação de prévio pedido administrativo à seguradora*** é providência imprescindível e deve estar materializada precedentemente ao ajuizamento do feito, sob pena de ficar evidenciada a falta de interesse de agir do suplicante (art. 485, VI do CPC).

No caso dos autos, o autor afirma que não formulou o pedido pela via administrativa, justificando sua omissão na inexistência de exigência legal de prévio pedido administrativo para fins de propor ação de cobrança de seguro DPVAT, inexistindo, portanto, pretensão resistida e interesse de agir.

Ressalte-se que não se está aqui falando em exaurimento das vias administrativas, mas sim em formulação do pedido diretamente a seguradora ré a fim de se verificar a existência do interesse jurídico na propositura da ação, seja pela demora acerca do direito ao recebimento da verba indenizatória, negativa do pedido ou, ainda, pelo pagamento a menor.

Assim, faltando, por conseguinte, na espécie, interesse de agir, impõe-se a extinção do feito sem resolução do mérito.

Isso posto, JULGO EXTINTO O FEITO sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do NCPC.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Custas *ex lege*.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Transcorrido o prazo recursal in albis, arquivem-se os autos, procedendo-se às devidas anotações.

P.I.

Recife, 18 de dezembro de 2018.

***RUY TREZENA PATU JÚNIOR***

- Juiz de Direito -





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

## DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0116684-44.2018.8.17.2001  
AUTOR: EDSON DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S/A

### INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 13ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 39355672, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos etc. EDSON DA SILVA, satisfatoriamente qualificado na prefacial, através de advogado, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT em face de TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., aduzindo, em suma, que foi vítima de acidente de trânsito, em 19/11/2018, sofrendo lesões graves que resultaram em debilidade permanente, razão pela qual faz jus ao pagamento da indenização securitária no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil reais). Pugna pela procedência do pedido para o fim de condenar a ré ao pagamento da importância acima indicada. Requer os benefícios da justiça gratuita. Juntou os documentos. Analisando os documentos acostados, foi determinada a intimação da parte autora para acostar comprovante de pedido administrativo de pagamento da indenização formulado perante a seguradora ré. Intimada, o autor afirma que não formulou pedido administrativo por não se verificar na lei a exigência de pré exame administrativo para o procedimento de cobrança de seguro (Id. 39099411). É o relatório. JULGO. Em sede de ação de cobrança de indenização securitária, a comprovação de prévio pedido administrativo à seguradora é providência imprescindível e deve estar materializada precedentemente ao ajuizamento do feito, sob pena de ficar evidenciada a falta de interesse de agir do suplicante (art. 485, VI do CPC). No caso dos autos, o autor afirma que não formulou o pedido pela via administrativa, justificando sua omissão na inexistência de exigência legal de prévio pedido administrativo para fins de propor ação de cobrança de seguro DPVAT, inexistindo, portanto, pretensão resistida e interesse de agir. Ressalte-se que não se está aqui falando em exaurimento das vias administrativas, mas sim em formulação do pedido diretamente a seguradora ré a fim de se verificar a existência do interesse jurídico na propositura da ação, seja pela demora acerca do direito ao recebimento da verba indenizatória, negativa do pedido ou, ainda, pelo pagamento a menor. Assim, faltando, por conseguinte, na espécie, interesse de agir, impõe-se a extinção do feito sem resolução do mérito. Isso posto, JULGO EXTINTO O FEITO sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do NCPC. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Custas ex lege. Publique-se, registre-se e intemem-se. Transcorrido o prazo recursal in albis, arquivem-se os autos, procedendo-se às devidas anotações. P.I. Recife, 18 de dezembro de 2018. RUY TREZENA PATU JÚNIOR - Juiz de Direito - "

RECIFE, 20 de dezembro de 2018.



**MOYSA MARIA DE SOUZA LEO SALES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



PETIÇÃO DE JUNTADA DE RECURSO DE APELAÇÃO (ANEXO)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE – PE.**

**PROCESSO Nº 0116684-44.2018.8.17.2001 (Seção B)**

**EDSON DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A**, por meio de seu advogado, não se conformando, *data vênia*, com os termos da r. sentença que julgou improcedente os pedidos formulados na inicial, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, interpor, tempestivamente

**RECURSO DE APELAÇÃO**

na forma prevista no art. 1.009 e ss, do Código de Processo Civil/2015, requerendo que, após as formalidades de praxe, seja o mesmo recebido em seu duplo efeito e remetido ao Egrégio Tribunal de Justiça que, reapreciando a matéria, com base nas anexas razões, haverá de reformar a r. sentença recorrida, para julgar improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Requer ainda, o recebimento do presente recurso sob assistência judiciária, já que o recorrente encontra-se impossibilitado de efetuar o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sem privação do indispensável à manutenção própria e/ou familiar, conforme o disposto no art. 98, do CPC/2015.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Recife, 23 de janeiro de 2019.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI**  
**OAB/PE 31.915**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 – Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



**RAZÕES DE APELAÇÃO**

**APELANTE: EDSON DA SILVA**

**APELADOS: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A E TOKIO  
MARINE BRASIL SEGURADORA S.A**

**AÇÃO: AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT**

**ORIGEM: 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE**

**PROCESSO: 0116684-44.2018.8.17.2001**

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**COLEDA CÂMARA**

**INCLÍCITOS JULGADORES**

**1 – TEMPESTIVIDADE**

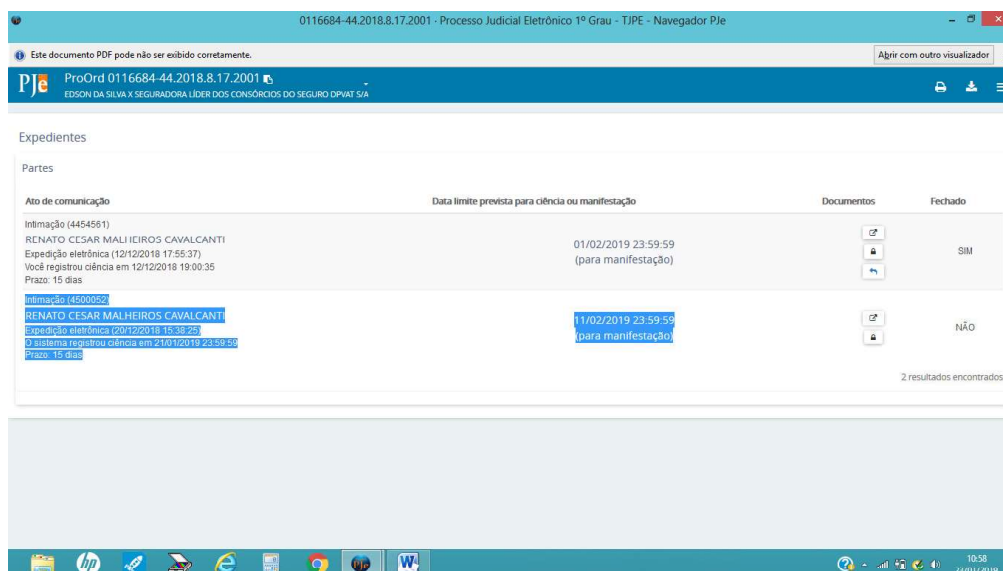
Conforme se verifica nos autos, a intimação da sentença foi datada de 26/11/2018, conforme ID. 38355740.

De acordo com o quadro abaixo, o sistema registrou ciência em 21/01/2019, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis, finalizando em 11/02/2019, portanto, tempestivo o protocolo com data de hoje.

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 – Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com







## 2 – BREVE RESUMO DA DEMANDA

O recorrido ingressou com Ação de Cobrança Securitária - DPVAT em face da recorrida alegando em síntese que sofreu um acidente envolvendo veículo automotor e que após ser atendido e de acordo com o laudo médico, **O AUTOR SOFREU FRATURA EXPOSTA 5º PDD DE PÉ ESQUERDO**, observando-se a invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou cura.

Ao final requereu A **PROCEDÊNCIA** da presente demanda, com a condenação das Requeridas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, com juros de 1% a.m. **contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea “b”, da Lei 6.194/74;**

## 3 – DA SENTENÇA VERGASTADA

Cumprе trazermos a baila trecho da sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito:

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



(...)

Isso posto, **JULGO EXTINTO O FEITO** sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do NCPC.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Custas *ex lege*.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Desta feita, conforme fundamentos adiante aduzidos impõe-se o acolhimento das razões que seguem para reformar *in totum* a sentença proferida pelo Juízo *a quo*.

#### 4 – DO MÉRITO

##### 4.1 – DA NECESSIDADE DE REQUERIMENTO PRÉVIO

O Recorrente ingressou com Ação de Cobrança Securitária – DPVAT, pleiteando a indenização referente ao seguro DPVAT.

Em sede de sentença, foi extinto o processo sem resolução de mérito, alegando que não houve pedido prévio a seguradora responsável pelo pagamento a indenização.

Importante ressaltar que **em decisão proferida por este Tribunal, já temos julgado com o entendimento da desnecessidade de requerimento administrativo prévio (anexo)** para ingresso com ação judicial nas ações DPVAT, não havendo que se falar, portanto, em carência de ação. Assim entende a jurisprudência:

**“APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. REQUERIMENTO VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. - A instauração de processo administrativo, na presente hipótese, não constitui requisito essencial à propositura da ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT). Portanto, não há falar em carência de ação. (TJMG - AC: 10024113269054001 MG, Relator: Rogério Medeiros, Data de Julgamento: 10/10/2013,**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 – Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação:  
18/10/2013) (grifei).

Dessa forma, não há que se falar em ausência de condição da ação, razão pela qual deve a sentença de primeiro grau ser reformada *in totum* e a ação julgada totalmente procedente.

#### 4.2. – DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA

Conforme previsto na CF/88, em seu artigo 5º, temos os princípios constitucionais, dentre os quais temos o do direito de acesso à justiça, ou da inafastabilidade da apreciação judicial, no citado art. 5º, XXXV, senão vejamos:

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**XXXV** - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

A garantia do direito de acesso à justiça foi ampliada na Constituição da República de 1988, para compreender não apenas a “lesão”, mas também a “ameaça” a direito.

Desta maneira, ser proferida sentença sem resolução de mérito por ausência de requerimento prévio administrativo seria limitar o direito de acesso ao judiciário.

#### 5 – DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer que seja o presente Recurso de Apelação recebido em seu duplo efeito, sob assistência judiciária, conhecido e provido em todos os seus termos para, modificar a sentença “*a quo*”, julgando assim pelo provimento

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 – Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



deste recurso, para deferir os pedidos inclusos na peça vestibular, passando a fazer a tão esperada e merecida JUSTIÇA. É o que requer.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Recife, 23 de janeiro de 2019.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI**  
**OAB/PE 31.915**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



Quinta Câmara Cível

Apelação Cível nº 0009432-16.2017.8.17.2001 – Recife (30ª Vara Cível) - Seção A

Apelantes: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Apelado: Inaldo Ernesto da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## DECISÃO TERMINATIVA

---

Sentença apelada no ID nº 3442790

Trata-se de recurso de apelação interposto pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e por Tokio Marine Brasil Seguradora S/A** contra sentença prolatada nos autos da *Ação de Cobrança de Complementação do Seguro Obrigatório DPVAT*, proposta pelo apelado contra as apelantes, que (a sentença) julgou parcialmente procedente o pedido autoral para condenar a seguradora ré ao pagamento de indenização securitária DPVAT no valor de R\$ 9.450,00, atualizado pela tabela do Encoge desde a data do acidente, acrescido de juros de mora a contar da citação, além de condenar a ré ao pagamento das custas e da verba honorária no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Alegaram as recorrentes que não foi observada a correta quantificação do valor indenizatório a que faz jus receber o autor, considerando a lesão sofrida em decorrência do acidente automobilístico de que ele foi vítima em 13/11/16.

Além disso, afirmaram que o autor não possui interesse processual posto que não pediu a indenização do DPVAT na via administrativa.

Pugnou pelo provimento do recurso para, reformando a sentença recorrida, julgar improcedente a pretensão indenizatória autoral.

Contrarrazões (ID nº 3442801) pugnando pela manutenção da sentença.

É o relatório. **Decido.**

A questão controvertida dos presentes autos reside em saber se o autor/apelado tem direito a receber indenização securitária (DPVAT), face à gravidade dos danos por ele sofridos decorrentes de acidente automobilístico ocorrido em novembro de 2016 e, em caso afirmativo, qual o valor.



Assinado eletronicamente por: RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI - 12/11/2018 10:30:58  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18111210305870500000037237193>  
Número do documento: 18111210305870500000037237193

16/03/2018 21:34

Num. 37773152 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI - 23/01/2019 11:13:58  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012311135856000000039712533>  
Número do documento: 19012311135856000000039712533

Num. 40297299 - Pág. 1

No caso dos autos, conforme restou evidenciado por meio da perícia médica (ID nº 3442789), bem como pelas demais documentações acostadas aos autos, o autor/segurado sofreu duas lesões: dano parcial incompleto em seu membro inferior no percentual de 75% e no seu membro superior esquerdo no percentual de 25%.

Com efeito, nos termos do disposto no anexo incluído pela Lei nº 11.945/2009 ao art. 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 6.194/74, na hipótese de perda completa da mobilidade de um dos membros inferiores e superiores (caso dos autos), deve a seguradora pagar ao acidentado a quantia de R\$ 9.450,00 (70% de R\$ 13.500,00) -, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização a depender da repercussão das perdas (anatômicas/funcionais), ou seja, do grau (percentual) da extensão da lesão que poderá ser: **a) intensa: indenização de R\$ 7.087,50 (equivalente a 75% de R\$ 9.450,00);** b) média: indenização de R\$ 4.725,00 (equivalente à 50% de R\$ 9.450,00), **c) leve: indenização de R\$ 2.362,50 (25% de R\$ 9.450,00)** e d) residual: indenização de R\$ 945,00 (10% de R\$ 9.450,00).

Com relação à lesão no membro inferior esquerdo (75%), o autor/recorrido se enquadra no item "a", fazendo, jus, portanto, ao recebimento de indenização no valor total de R\$ 7.087,50.

Já no tocante ao dano sofrido no membro superior esquerdo (25%), tem o autor direito a receber R\$ 2.362,50.

Portanto, somando-se os valores das duas lesões, deve o autor ser indenizado na quantia total de 9.450,00 como acertadamente decidiu o juiz.

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça decidiu, sob a disciplina do artigo 543-C, o Recurso Especial representativo da controvérsia nº 1.303.038/RS, através do qual ficou definido que mesmo para os acidentes ocorridos antes do dia 16/12/2008 (data que entrou em vigor a MP nº 451/08) deve ser utilizada a tabela de proporcionalidade – constante da lei nº 6.194/74 - para se estabelecer a indenização a título de seguro obrigatório DPVAT. Vejamos:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL. SEGURO DPVAT. SINISTRO ANTERIOR A 16/12/2008. VALIDADE DA TABELA DO CNSP/SUSEP.

**1. Para fins do art. 543-C do CPC: "Validade da utilização de tabela do CNSP para se estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08".** 2. Aplicação da tese ao caso concreto. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO". (REsp 1303038/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014) (destaquei)

-

Assim, com base no julgado acima, restou assentado na jurisprudência pátria que a indenização do seguro DPVAT para os casos de invalidez (hipótese dos autos), independentemente da época do sinistro, deverá ser paga sempre de forma proporcional ao grau de invalidez com base na tabela de proporcionalidade.

Incide, *in casu*, o disposto na Súmula 474 do STJ, que dispõe:



Assinado eletronicamente por: RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI - 12/11/2018 10:30:58  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18111210305870500000037237193>  
Número do documento: 18111210305870500000037237193

16/03/2018 21:34

Num. 37773152 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI - 23/01/2019 11:13:58  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012311135856000000039712533>  
Número do documento: 19012311135856000000039712533

Num. 40297299 - Pág. 2

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”. (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012)

Importante ressaltar que é desnecessária a formulação de pedido administrativo para o ingresso na via judicial, não havendo que se falar, portanto, em carência de ação. Assim entende a jurisprudência:

**“APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. REQUERIMENTO VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. - A instauração de processo administrativo, na presente hipótese, não constitui requisito essencial à propositura da ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT). Portanto, não há falar em carência de ação. (TJMG - AC: 10024113269054001 MG, Relator: Rogério Medeiros, Data de Julgamento: 10/10/2013, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2013) (grifei)**

De ofício, com fundamento no § 11 do artigo 85 do CPC, majoro a verba honorária sucumbencial de 10% para 12% sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, considerando que a decisão recorrida está em conformidade com o entendimento sumulado do STJ, **nego provimento ao recurso**, o que faço com fundamento no art. 932, IV, “a” do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno do TJPE.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, remetendo-os ao juízo de origem para os devidos fins.

Publique-se.

Recife, 11 de Janeiro de 2018.

**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Relator**



Assinado eletronicamente por: JOVALDO NUNES GOMES  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 29029122



1801121439010000000028661909



Assinado eletronicamente por: RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI - 12/11/2018 10:30:58  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18111210305870500000037237193>  
Número do documento: 18111210305870500000037237193

16/03/2018 21:34

Num. 37773152 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI - 23/01/2019 11:13:58  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1901231113585600000039712533>  
Número do documento: 1901231113585600000039712533

Num. 40297299 - Pág. 3



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 13ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810306

Processo nº **0116684-44.2018.8.17.2001**

AUTOR: EDSON DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S/A

## DESPACHO

Vistos etc.

1 – Certifique a Diretoria Cível de 1º Grau, se houve o pagamento do preparo da apelação interposta, de acordo com o Ofício Circular nº 004/2015-CM, expedido pelo Conselho da Magistratura em 01/09/2015.

2 – Cumprido o item anterior, dê-se vista à parte apelada/ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder a apelação de ID 40297272 (art. 1010, § 1º do CPC).

3 – Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, com as cautelas legais.

P.I.

Recife, 24 de janeiro de 2019.

**Clara Maria de Lima Callado**

**Juíza de Direito – em substituição**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0116684-44.2018.8.17.2001  
AUTOR: EDSON DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S/A

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que não há o pagamento do preparo da apelação interposta em razão do deferimento da Justiça Gratuita na Sentença ID39355672. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 25 de janeiro de 2019.

**MOYSA MARIA DE SOUZA LEO SALES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0116684-44.2018.8.17.2001  
AUTOR: EDSON DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S/A

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 13ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 40365946, conforme segue transcrito abaixo:

*" DESPACHO Vistos etc. 1 – Certifique a Diretoria Cível de 1º Grau, se houve o pagamento do preparo da apelação interposta, de acordo com o Ofício Circular nº 004/2015-CM, expedido pelo Conselho da Magistratura em 01/09/2015. 2 – Cumprido o item anterior, dê-se vista à parte apelada/ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder a apelação de ID 40297272 (art. 1010, § 1º do CPC). 3 – Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, com as cautelas legais. P.I. Recife, 24 de janeiro de 2019. Clara Maria de Lima Callado Juíza de Direito – em substituição "*

RECIFE, 25 de janeiro de 2019.

**MOYSA MARIA DE SOUZA LEAO SALES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



JUNTADA DE PETIÇÃO TOMANDO CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO (ANEXO)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE – PE.**

**PROCESSO Nº: 0116684-44.2018.8.17.2001**  
**Seção B**

**EDSON DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, movida contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A**, também já qualificadas, vem a presença de Vossa Excelência informar que tomou ciência da intimação proferida nos autos conforme ID. 40415063.

Recife, 28 de janeiro de 2019.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI**  
**OAB-PE 31915**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 – Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com

